

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS								
DOCENTE	FELIPE DE MELO FONTE								
CÓDIGO	GRDDIRELE0212	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA		Desenvolvimento: conceito e teorias. Institucionalismo. Estado de Direito e desenvolvimento. Regimes políticos e desenvolvimento. Gênero, etnias e desenvolvimento. Administração pública e desenvolvimento. Corrupção e desenvolvimento. Setor público estatal e desenvolvimento. Relações internacionais econômicas e desenvolvimento. Política pública: conceito e teorias. Ciclo das políticas públicas. Montagem de agenda. Instrumentos. Tomada de decisão. Implementação. Avaliação. Atores e instituições
OBJETIVOS		O propósito do curso é fornecer ao aluno os instrumentos teóricos e práticos para que seja capaz de entender o papel do Direito e das instituições na promoção do desenvolvimento, bem como compreender e atuar nos processos de criação e implementação de políticas públicas.
METODOLOGIA		As aulas serão do tipo expositivo, exigindo-se dos alunos que façam a leitura básica recomendada para cada aula (máx. 15 laudas), que será objeto de debates. Durante a eletiva ocorrerão encontros com agentes políticos responsáveis pela elaboração de políticas públicas
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
		Outras:
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1	O que é desenvolvimento?	
2	Determinantes do desenvolvimento	
3	Teorias do desenvolvimento	
4	Estado de Direito e desenvolvimento	
5	Regimes políticos e desenvolvimento	
6	Administração pública e desenvolvimento	
7	Corrupção e desenvolvimento	
8	O Estado empreendedor, privatizações e parcerias público-privadas	
9	Desenvolvimento e relações econômicas internacionais	
10	Teoria das políticas públicas: histórico e conceito	
11	O ciclo das políticas públicas	

12	Instituições, ideias e atores
13	Formação da agenda pública
14	Formulação de políticas públicas: instrumentos e design. Comando e controle. Fomento. Informação.
15	Formulação de políticas públicas: instrumentos e design II. Nudge. Criação de mercados. Novos instrumentos.
16	Tomada de decisão: gatekeepers e democracia complexa
17	Avaliação de políticas públicas
18	Judicialização de políticas públicas I. Separação de poderes. Democracia. Direitos prestacionais. Mínimo existencial.
19	Judicialização de políticas públicas II. Numerus clausus. ADPF 45. Estado de Coisas Inconstitucional.
20	Judicialização de políticas públicas III. Modelos de controle judicial de políticas públicas. O caso Grootboom.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Os alunos serão avaliados pela participação em sala de aula, apresentação de um trabalho e uma prova escrita, presencial, com consulta ao material do curso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>O curso não seguirá nenhum manual específico. Semanalmente os alunos receberão o rol de leituras obrigatórias e complementares, disponibilizadas em rede social e dropbox. Os livros básicos indicados para a disciplina são os seguintes:</p> <p>TREBILCOCK, Michael J; PRADO, Mariana Mota. Advanced Introduction to Law and Development. Cheltenham: Elgar, 2014.</p> <p>HOWLETT, Michael, RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas. Trad. Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>SEN, Amartya. Development as Freedom. New York: Alfred A. Knopf, 1999.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>TRUBEK, David M. Trubek, Alvaro Santos (ed.). The new law and economic development. A critical appraisal. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.</p> <p>FONTE, Felipe de Melo Fonte. Políticas públicas e direitos fundamentais. 2a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>SECCHI, Leonardo Secchi. Políticas públicas: conceitos, esquema de análise, casos práticos. 2a. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>MORAN, Moran; REIN, Martin; GODIN, Robert E. The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press, 2006.</p> <p>WEIMER, David L.; VINING, Aidan R. Policy analysis: concepts and practice. 6ª Ed. New York: Routledge, 2017.</p>